

Diversidades e Estudos Étnico-Raciais (africanos e brasileiros)

O racismo estrutural: possibilidades e questionamentos sobre esse fenômeno

Felipe Ribeiro Ramos¹
José Francisco dos Santos²

Resumo: O racismo estrutural é um tipo de racismo que engloba diferentes elementos para se estruturar cotidianamente nos grupos de pessoas que constituem a sociedade, especificamente os grupos considerados excluídos, as pessoas negras. Como e com quais elementos o racismo estrutural enraiza nas sociedades? O objetivo desse estudo é apresentar como o racismo estrutural se manifesta e enraiza na sociedade. Para alcançar os resultados esperados foi usada uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2002). Logo o racismo estrutural utiliza as empresas, instituições e o Estado, para se enraizar na sociedade.

Palavras-chave: Racismo estrutural; estrutura; sociedade.

Abstract: Structural racism is a type of racism that encompasses different elements to structure itself daily in groups of people that make up society, specifically groups considered excluded, black people. How and with what elements is structural racism rooted in societies? The objective of this study is to present how structural racism manifests itself and takes root in society. To achieve the expected results, a bibliographical research was used (Gil, 2002). Therefore, structural racism uses companies, institutions and the State to take root in society.

Keywords: Structural racism; structural; society.

1. INTRODUÇÃO

O racismo estrutural está presente na estrutura social que envolve toda a sociedade, além da economia e a política que são a base para a manutenção desse sistema de dominação (Almeida, 2019). Assim, esse tipo de racismo afeta os grupos que, historicamente, sempre estão à margem da sociedade, no que diz respeito as

¹ Graduado em Pedagogia – UNEB. Mestrando em Ensino – UFOB. felipe.r0266.@ufob.edu.br.

² Doutor em História-PUCSP. Docente dos programas do PPGCHS e PPGE ambos da UFOB. E-mail: jose.santos@ufob.edu.br

condições intelectuais, econômicas e sociais.

Ao considerar a história dos grupos de pessoas negras, compostas por indígenas, quilombolas e afro-brasileiros, pode-se considerar que elas tiveram um papel fundamental no desenvolvimento do capital, tanto dos países que estavam sendo conquistados quanto os que estavam em desenvolvimento. Muitas dessas pessoas tiveram as suas vidas desamparadas, pois foram obrigadas a deixar as suas origens para a prosperidade de outros contextos (Moore, 2007).

Conforme Munanga (2013), essas condições tiveram início desde o tráfico negro, considerado hoje, uma das maiores tragédias da humanidade por sua magnitude, duração e déficits causadas na vida de milhões de africanos. Apesar da grandiosidade dessa adversidade, foram essas condições e o esforço de todo um povo que fortaleceu diversas culturas consideradas brasileiras, mas como consequência, a partir dessa época, foi-se desenvolvendo preconceitos e estereótipos referentes a essa população.

Seguindo nessa linha de pensamento, uma estrutura começa a ser desenvolvida. Essa estrutura cria mecanismos ideológicos que definem as relações sociais de duas maneiras; dialéticas e hierárquicas. Essa definição de estrutura, baseia-se na raça como elemento de construção histórica, social, cultural e política, para permanecer enraizada nas sociedades modernas até os dias atuais (Bourdieu, 1989).

Dessa forma, o racismo estrutural utiliza essa estrutura para definir o contexto social, além de definir o conjuntural na vida dos grupos de pessoas negras. Conforme o entendimento de Almeida (2019) essa estrutura tem como base as raças, ela define quem estará no controle do poder, que nesse caso, é a parcela branca da população. Essas condições se perpetuam e naturalizam por meio dos mecanismos de dominação que esse tipo de racismo utiliza para manter presente na vida dos grupos de pessoas negras. Na sociedade moderna, existem algumas organizações que contribuem para essa naturalização. Essas organizações podem ser classificadas como empresas, instituições e até mesmo o Estado.

Com base nessas perspectivas, a estrutura que o racismo estrutural utiliza pode ser definida da seguinte forma; organização de mecanismos ideológicos que definem, hierarquicamente/dialeticamente, as relações sociais dos diferentes grupos

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

que constituem a sociedade moderna. Desse jeito, para realizar uma análise da estrutura da sociedade é importante, no entendimento de Bourdieu (1989), investigar as organizações que produzem as diferenças simbólicas.

Marx (1982) e Bourdieu (1983) afirmam que essa estrutura possui dois diferentes campos; infraestrutura e superestrutura. A infraestrutura está no campo material enquanto a superestrutura está no campo das ideias, englobando a base econômica, a cultura, política e outras formas de relações sociais.

Assim, considerando que o racismo estrutural emprega artifícios para disseminar o racismo, a tese central é que ele sempre “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2019, p. 15).

Ele utiliza alguns elementos como a fala, o poder simbólico, o racismo institucional, histórico, político, cotidiano, a estrutura social, o Estado junto com as suas tecnologias de poder; biopoder e necropolítica (Almeida, 2019; Kilomba, 2019; Foucault, 1999; Mbembe, 2014, Moore, 2007; Fanon, 2008; Bourdieu, 1989; Gramsci, 2017) para se estruturar, cotidianamente, na sociedade e, conseqüentemente, nas instituições de ensino.

Nesse trabalho será apresentado uma das possíveis possibilidades de entender o racismo estrutural a partir das perspectivas dos seus elementos, assim como a sua permanência e estruturação na sociedade, instituições de ensino e o Estado.

2. DESENVOLVIMENTO

O racismo estrutural é um tipo de racismo que está enraizado na sociedade brasileira. Ele utiliza as estruturas sociais, especificamente a superestrutura, para manter, persistir e evoluir os seus mecanismos de dominação até os dias atuais.

Com uma visão que proporciona analisar a estrutura social para entender esse racismo que está sendo discutido, Quijano (2005) interpreta que as ideias que se encontram no campo superestrutural proporcionam um entendimento social de que a sociedade ainda segue uma organização pautada no poder e nas diferenças entre os grupos de pessoas brancas e negras.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

“Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, frequentemente certo grupo, sobre os demais” (Quijano, 2005, p. 130). Na visão deste autor, as relações entre a estrutura social e a população negra é totalmente racializada, uma vez que naturaliza as relações de poder.

Isso se torna mais perceptível e natural, num sentido homogeneizador, quando partimos para o interior das instituições que fazem parte da organização social presente na estrutura descrita anteriormente. Dessa maneira, o racismo estrutural se mantém presente nessa estrutura a partir das difusões que materializam as diferenças entre os grupos de pessoas, objetivando o poder dentro da sociedade, em especial nas instituições que estão no topo da hierarquia social.

As instituições, por serem estruturadas pelo racismo e outras formas de relações sociais que tem o poder como um dos seus mecanismos de dominação, reproduzem desigualdades históricas, culturais, políticas e materiais. Sendo assim, “é a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo”. (Kilomba, 2019, p. 76).

Nas estruturas de poder, o racismo precisa de alguns mecanismos que dinamizam padrões para manter grupos considerados historicamente inferiores em relação as atividades intelectuais que a sociedade necessita. Estes componentes são o racismo institucional, histórico, político, racismo de Estado com suas tecnologias de poder; biopoder e necropoder, poder simbólico e racismo cotidiano. É importante ressaltar que todos eles estão vinculados, ou seja, componentes que refletem o racismo estrutural nas estruturas sociais.

Apesar de vários autores discutirem o racismo numa perspectiva estrutural, neste trabalho iremos apresentar o conceito de racismo estrutural utilizado por Silvio de Almeida, pois na visão deste autor, o racismo é sempre estrutural, ou seja, “é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2019, p. 14).

Posta as questões dessa maneira, iremos aprofundar o conceito e as complexidades de cada tipo de racismo começando pelo racismo institucional. O conceito de racismo institucional, numa perspectiva estrutural, é um conjunto de comportamentos direcionados ao funcionamento das instituições, favorecendo a desvantagem das pessoas negras de modo geral.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Essas instituições orientam ações que, subjetivamente, estabilizam os sistemas sociais. O efeito que esse conceito institucional exerce nas instituições como: Estado, escola, empresas, “podem tanto modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para a raça” (Almeida, 2019, p. 28).

O conceito institucional ancora-se nas instituições como uma organização visível das reproduções de desigualdades sociais, objetivando assim, desvantagens simbólicas tanto nas superestruturas quanto nas infraestruturas. Nas instituições, sob a ótica de Almeida (2019), mantém ativos os mecanismos que o racismo estrutural utiliza para impedir a ascensão e desenvolvimento intelectual, simbólico, material, nos grupos de pessoas negras.

Seguindo na mesma linha de pensamento, especificamente com relação as estruturas sociais, a perspectiva histórica do racismo também pode ser um processo estrutural, pois está ligado as peculiaridades de formação social de cada época e de cada sociedade (Almeida, 2019).

“O racismo é um fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos” (Moore, 2007, p. 38). Dessa forma, a ideia de raça é, evidentemente posta em questão, visto que ela foi uma construção social, política e econômica, que vislumbrava o lucro para o capital.

Mbembe (2014) afirma que na sociedade moderna a raça é um sinônimo de servidão que o capital impôs deste o início do tráfico negreiro, visando a lógica do lucro e o desenvolvimento industrial moderno. A raça foi um fator fundamental para estruturar as relações sociais, culturais e políticas, como uma mera condição de subdesenvolvimento para o crescimento de diversos setores industriais e sociais.

Ela tem um papel fundamental no racismo estrutural, pois mantém as estruturas neoliberais que tentam transformar tudo em números, isto é, a raça grande parte do proletariado, no ponto de vista de Mbembe (2014) e Souza (2021), é a base para o desenvolvimento do capital.

Esse fenômeno também caracteriza a produção da diferença, a criação de normas para viver em sociedade e a ideia superestrutural de empresariar as relações sociais modernas por grupos que estão no topo das hierarquias presentes na nossa sociedade (Mbembe, 2014).

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

“Assim, as classificações raciais tiveram papel importante para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento” (Almeida, 2019, p. 37). Nessa perspectiva, o racismo histórico se assemelha ao racismo político, dado que ambos têm um objetivo em comum; deixar apenas o grupo branco no poder, enquanto silencia e oprime o grupo negro.

Desse modo, o racismo político pode ser classificado como um “processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade” (Almeida, 2019, p. 35). Esse processo, oprime e cria padrões de discriminação, que muitas vezes são institucionais, por serem desenvolvidos por uma instituição que está no topo das hierarquias sociais.

Esse sistema político desenvolve uma ideologia que se manifesta dentro das instituições, fornecendo, assim, “uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis” (Almeida, 2019, p. 60). Assim, o racismo político pode se apresentar em duas dimensões; dimensão institucional e ideológica.

A dimensão institucional é a responsável pela regulação jurídica e extrajurídica “tendo o Estado como o centro das relações políticas da sociedade contemporânea” (Almeida, 2019, p. 35). Já a dimensão ideológica é responsável por produzir narrativas que agem na unidade dos grupos e classes sociais (Almeida, 2019).

Essa última dimensão tem certa semelhança com o poder simbólico que será apresentado por Bourdieu (1989), pois ambos tentam entender o fenômeno das relações sociais que envolvem a raça, como um fenômeno político no sentido do exercício do poder, além do uso da língua como instrumento de dominação utilizado pelas instituições e pelos grupos dominantes.

Desse modo, o racismo político age nas estruturas da sociedade de maneira corriqueira e continua, visto que a sua principal base de atuação pode ser definida pelo Estado moderno e seus pares de dominações que influenciam tanto no campo superestrutural com infraestrutural.

Na sociedade moderna, partindo do entendimento de Gramsci (2017), o capital tenta transformar tudo em capital, além de utilizar a estrutura social para manter e estruturar ela mesma. Nesse sentido, o Estado tem a sua principal fonte de

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

desenvolvimento e manutenção, dado que os grandes proprietários têm o poder de definir direta e indiretamente os membros de uma classe, as relações sociais de produção e desenvolvimento cultural, a política, a economia e a educação.

O Estado, portanto, torna-se um determinante da normalização social na vida das pessoas. Na sociedade moderna ele “aparece como a unidade possível, em uma vinculação que se vale de mecanismos repressivos e material-ideológicos” (Almeida, 2019, p 60).

Manifesta-se, nesse momento, a ideia de repressão do Estado referente as raças, precisamente, a raça negra. Conforme o entendimento de Mbembe (2014), o Estado e a raça negra estão em constantes conflitos. Isso acontece porque ela enquanto condição social, histórica e política, não é uma condição que corrobora com o desenvolvimento universal da intelectualidade ideológica, e estão sempre em busca da luta pela e para a vida.

Partindo dessa perspectiva, o Estado, enquanto agente repressivo da manutenção social das diferentes classes que encontramos nas estruturas sociais, opera como um organizador daquilo que ele considera importante para ordem social, econômica e política.

Foucault (1999), apresenta que o Estado é quem controla o direito à vida social, o direito de definir o que bom e o que é mal, o que pode acontecer e o que não pode acontecer. Essa definição do conjuntural, do todo social, é intencionada para estruturar o próprio Estado.

Podemos chamar esse conjunto de comportamentos de racismo. Foucault (1999) apresenta uma definição mais detalhada; o racismo de Estado é um racismo que a sociedade exerce sobre ela mesma, ou seja, “um racismo interno, da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (Foucault, 1999, p. 73).

Assim, esse racismo de Estado precisa de alguns mecanismos para se estruturarem dentro do próprio estado. Foucault (1999) e Mbembe (2014) chamam esses mecanismos de tecnologias de poder; biopoder e necropolítica. Na visão destes autores, o Estado denomina quem irá possuir o poder e morte sobre a vida das pessoas, em especial, a vida das raças.

Nesse caso, o biopoder é “o poder que se aplica globalmente à população, à

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

vida e aos vivos” (Foucault, 1999, p. 329). Uma vez que o Estado possui esse biopoder, ele é capaz de definir e impor quem será capaz de organizar e definir a ordem dentro das suas estruturas.

O biopoder implica a existência e desenvolvimento do racismo, pois ele é um dos determinantes raciais para que o poder possa ser distribuído entre as classes. Com o desenvolvimento das sociedades modernas, tanto o biopoder quanto a necropolítica ganham novas significações.

Em concordância com Almeida (2019) a soberania do Estado em definir quem vai morrer e quem irá controlar o poder ganha novos significados a partir do século XIX, visto que agora o Estado além de controlar as relações sociais, políticas e econômicas, tem o poder da suspensão da morte ou de fazer viver.

Quando o Estado não oferece as condições essenciais para a sobrevivência das raças, ou seja, quando ele não oferece a infraestrutura necessária para a vida, uma necropolítica está sendo aplicada sobre a manutenção da vida das classes sociais.

Esse fenômeno pode ser interpretado por Fanon (2002). Sob a ótica deste autor, essa seria uma das estratégias da necropolítica para agir na estrutura social, num sentido colonial, pois o Estado, nesse momento, está tentando definir o destino e o futuro das classes, assim como o poder colonial realizou há séculos.

Almeida (2019) e Mbembe (2018) afirmam que a gênese dessa política tem as suas origens na experiência colonial. No caso do Brasil, a relação que define a necropolítica foi destaque nas relações sociais entre as raças e os colonizadores. Segundo esses autores, essa relação define o conceito de necropolítica; conexões entre o terror e a política que tem como consequência a morte do mais fraco.

Dessa forma, é necessário introduzir outro componente do racismo estrutural que está presente nas estruturas sociais, além de manter diferentes tipos de racismo enraizado na sociedade até os dias atuais. Esse componente pode ser denominado de poder simbólico.

O racismo, nessa perspectiva, “constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (Almeida, 2019, p. 41). Assim, o poder simbólico é um dos componentes responsáveis por estruturar os elementos que o racismo estrutural

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

utiliza para manter e persistir enraizado na sociedade.

“O poder simbólico é, com efeito, poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 8). Nesse contexto, existem alguns universos simbólicos que este tipo de poder faz uso, tais como: a arte, o mito, a ciência e a língua (Bourdieu, 1989).

Pode-se considerar a língua como um dos universos simbólicos mais estruturados, pois ela, além de estruturar a inteligibilidade da palavra, é capaz de constituir-se dentro da própria estrutura social, fazendo relações entre o som, o sentido e o significado (Bourdieu, 1989).

Dentro das relações sociais que estão presentes na sociedade, é importante ressaltar que cada cultura ou grupo é capaz de emitir diferentes sentidos por meio da linguagem. Desse modo, a cultura dominante utiliza o poder simbólico, especificamente a língua, para emitir de forma clara e concisa as suas ideologias repletas de interesses particulares.

O mesmo poder simbólico que une as classes é o mesmo que as separa (Bourdieu, 1989). As classes dominadas que não corroboram com os interesses das classes dominantes, ou melhor, as classes que não influenciam com a estruturação do desenvolvimento que muitas vezes é intelectual, ideológico, econômico ou político, das classes dominantes, acabam sendo deixadas a margem.

Nesse sentido, as raças, como condição histórica, política e cultural, só fazem parte desse contexto quando são a base para o desenvolvimento do capital (Souza, 2021). Na sociedade moderna, precisamente no sistema capitalista, existem novos e aprimorados universos simbólicos que Bourdieu (1989) descreveu anteriormente.

Esses universos podem ser as empresas, as instituições ou até mesmo o Estado, visto que ambos agem na “na construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica³: o sentido imediato do mundo e, em particular, do mundo social” (Bourdieu, 1989, p. 9).

Com tantas ideologias que encontramos na sociedade moderna, “na verdade, o que nos é apresentado não é a realidade, mas uma representação do imaginário

³Ordem que busca uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (Bourdieu, 1989, p. 9).

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

social” (Almeida, 2019, p. 42). Tal imaginário social nos direciona a acreditar em certos universos simbólicos.

Parafrazeando o entendimento deste último autor e de Bourdieu (1989) existem diversas representações universais, no contexto brasileiro, referentes as raças, em especial, a raça negra. Não nos é apresentado a verdade sobre as raças negras, as suas histórias, as suas culturas, as suas potencialidades, mas nos é apresentado um contexto estereotipado referente a essas raças.

Isso acontece porque o poder simbólico que está sendo controlado pelas instituições, empresas e Estado, no topo das estruturas sociais, utiliza o poder do campo superestrutural para apresentar uma realidade que não é concreta. Esse poder é o mesmo que tenta oprimir e silenciar cada vez mais as classes que estão em níveis mais baixos.

Ainda com base nessa perspectiva, essas ideias podem ser materializadas na vida de alguns grupos que compõe a raça negra. Tornando-se uma condição que determina as suas relações sociais e tentam deixar estagnadas as suas perspectivas de vida. Kilomba (2019) denomina essa condição superestrutural de racismo cotidiano.

No racismo cotidiano as classes consideradas dominantes refletem nas classes dominadas, especificamente nas raças negras, tudo aquilo que eles não almejam, tudo aquilo que é considerado impróprio para o desenvolvimento intelectual, econômico, político e até mesmo social.

Nesse momento é necessário conceituar a raça negra, pois existem diferentes definições que contextualizam o seu desenvolvimento partindo de diferentes perspectivas. No racismo cotidiano descrito por Kilomba (2019), o termo raça negra, pode ser relacionado, sociologicamente, como categoria social de exclusão. Dessa forma, as raças negras podem ser consideradas como grupos de pessoas negras que são, constantemente, excluídas dos diferentes contextos existentes nas sociedades.

No racismo cotidiano⁴, as raças negras são tratadas de forma, totalmente, desiguais e isso “não é um ataque único ou um evento discreto, mas sim uma

⁴“O termo cotidiano refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais” (Kilomba, 2019, p. 80).

constelação de experiências de vida, uma exposição constante ao perigo, um padrão contínuo de abuso” (Kilomba, 2019, p. 80).

Todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares podem ser denominados de racismo cotidiano, pois essas condições transparecem as diferenças entre os grupos dentro da sociedade, enquanto as raças negras “estão sendo forçadas a se tornarem a personificação daquilo que o sujeito branco não quer ser reconhecido (Kilomba, 2019, p. 78).

Em vista disso, o racismo estrutural utiliza o racismo cotidiano para atacar de forma instantânea, contínua e direta, a raça negra na sua totalidade, além de criar e desenvolver condições que sustentam o desenvolvimento dos componentes que o racismo estrutural utiliza para permanecer nas estruturas sociais até os dias de hoje.

Portanto, os racismos apresentados neste tópico refletem as condições sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais, que o racismo estrutural utiliza para manter os seus mecanismos de dominação. É importante destacar que essa sequência de componentes do racismo apresentada neste trabalho não segue uma hierarquia. Eles são dialéticos e podem manifestar em diferentes contextos e situações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo estrutural pode se manifestar em diferentes contextos; materiais e imateriais, seja no campo infraestrutural ou no campo superestrutural. Essas condições potencializam o seu enraizamento na sociedade, especificamente nos grupos de pessoas que são consideradas excluídas.

Dessa forma, esse racismo, considerado um fenômeno social, cultural, político, econômico e histórico (Almeida, 2019) fornece todas as condições para permanecer presente na estrutura da sociedade, pois os seus elementos de dominação oferecem o sentido e a lógica, frequentemente, para o seu desenvolvimento e expansão.

As instituições, empresas e o Estado, contribuem para que essas condições permaneçam na sociedade, visto que essas organizações, além de controlar a sociedade, constituem os elementos necessários para a dominação das raças, em especial, a raça negra.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Portanto, é importante realizar o enfrentamento do racismo estrutural em sua amplitude. Enfrentar o racismo diz respeito a enfrentar os seus elementos de dominação que estão presentes nas estruturas sociais. As organizações podem desempenhar um papel fundamental nesse enfrentamento.

Logo, esse enfrentamento, não cabe somente a elas, pois o racismo estrutural, enquanto fenômeno amplamente persistente na sociedade e na vida de grupos específicos de pessoas, pode se tornar atemporal na mesma medida que é estrutural.

REFERÊNCIAS

Almeida, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural: feminismos plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil AS, 1989.

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

Foucault, Michel. **Em defesa da sociedade**. Martins Fontes. São Paulo, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do cárcere: maquiavel, notas sobre o estado e a política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. E-book.

Kilomba, Grada. **Memória da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Cobogó, 2019

Marx, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Mbembe, Achille. **Crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014.

Mbembe, Achille. **Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de exceção, Política da morte**. São Paulo: Edições: N-1, 2018.

Moore, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

Munanga, Kabengele. **Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro**. Relações étnico raciais e diversidade. Niterói. 214p, p 21 – 35, 2013. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/43544047/Livro_RELACOES_ETNICO-

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

[RACIAIS UFF Jorge Luis-libre.pdf?1457531459=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DRELACOES_ETNICO_RACIAIS_E_DIVERSIDADE.pdf&Expires=1718137365&Signature=XnBPITDaa7begD-9e8sfD45L~mnOnqSFCd5b~OG1hc2fOWQVbbytym8UQa61n72f8vTUJ4u2f9Uofe9CJ0ad1HmbPlwqYenwiyb9VscC0NsAzlz7a1qXorSR4Gm9PtZyKA89MbnvL1y6TW40JYH~SXDv~WIUGbCBm5RA46eTQEmNk1hXOTLoBSq4dgh0bqZjLuquqn5F942GLW5Kajb8hLxpO7Ri4mTSRZueBwQMKsEzrj5eq5j3-xU3981-kfPbt45yaWK0EbDIKDeNxG9e04DNJNien-IDPE51hg4autWJwoADSwEVWz~48cO09T7rxa3F62V-RjQSh9vTMCvjCGg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=21](https://raciais.uff.br/jorge_luis-libre.pdf?1457531459=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DRELACOES_ETNICO_RACIAIS_E_DIVERSIDADE.pdf&Expires=1718137365&Signature=XnBPITDaa7begD-9e8sfD45L~mnOnqSFCd5b~OG1hc2fOWQVbbytym8UQa61n72f8vTUJ4u2f9Uofe9CJ0ad1HmbPlwqYenwiyb9VscC0NsAzlz7a1qXorSR4Gm9PtZyKA89MbnvL1y6TW40JYH~SXDv~WIUGbCBm5RA46eTQEmNk1hXOTLoBSq4dgh0bqZjLuquqn5F942GLW5Kajb8hLxpO7Ri4mTSRZueBwQMKsEzrj5eq5j3-xU3981-kfPbt45yaWK0EbDIKDeNxG9e04DNJNien-IDPE51hg4autWJwoADSwEVWz~48cO09T7rxa3F62V-RjQSh9vTMCvjCGg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=21)
Acesso em: 05/06/2024.

Quijano, Anibal. **A colonialidade do poder eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

Souza, Cristiane Luiza Sabino de. **Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina**. Revista Fim do Mundo, nº 4, jan/abr 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11173>. Acesso em: 09/06/2024.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná